

## Trilhando Caminhos e Enfrentando Desafios: O Futuro da Revista Psicologia Política

*Alessandro Soares da Silva - USP*

*Celso Zonta - UNESP*

Editores

**I**negavelmente a revista cresceu e se ampliou muito a partir de seu primeiro número publicado em 2001. Hoje vemos que a aposta feita pelos pesquisadores do grupo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP após a realização do primeiro Simpósio Brasileiro de Psicologia Política gerou frutos que contribuem muito para a consolidação do campo da Psicologia Política no Brasil. Desse modo, é com grande prazer que apresentamos o primeiro número do volume 8 da Revista Psicologia Política.

O número 15 da RPP é fruto de um trabalho conjunto das equipes passadas e atual de editores, pois os textos que a compõem foram acompanhados tanto pelos professores Marco Aurélio Máximo Prado e Salvador Antonio Mireles Sandoval quanto por nós. Como já é do conhecimento de todos, assumimos a RPP em janeiro de 2008 após participarmos do edital de seleção de novos editores, lançado pela diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). Assumimos a edição da RPP com o desafio de manter a qualidade da revista avaliada até aqui pelo sistema CAPES/ANPPEP como Qualis A Nacional, o que resultou do trabalho dos editores que nos precederam e de sua equipe. Agora cabe a nós adequar a revista ao novo sistema de avaliação que começa a ser implementado pela CAPES.

Para tanto, iniciamos nosso trabalho com o apoio da Universidade de São Paulo – USP – e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – UNESP. De modo particular, agradecemos o apoio recebido

Editorial

dos antigos editores da RPP, da atual diretoria da ABPP, d@s colegas do grupo de trabalho em Psicologia Política da ANPPEP, dos diretores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP – e da Faculdade de Ciências e Humanidades – UNESP/Bauru. Nossa agenda de trabalho concentra esforços para ampliarmos a base de indexação da RPP, o fluxo de artigos submetidos e publicados em cada volume e a divulgação da revista no cenário internacional. Essa agenda procura atender aos novos parâmetros definidos pela CAPES e apresentados aos editores de periódicos da área de Psicologia durante o XII encontro da ANPPEP realizado em Natal.

A ampliação da base de indexação da revista é um dos desafios que já estamos enfrentando desde a preparação da revista de número 14 para o PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia –, um repositório que amplia o acesso à produção científica em Psicologia em formato eletrônico e garante sua disponibilização gratuita na Internet. Nossa revista passa nesse instante a compor a base PEPSIC, ganhando maior projeção no cenário latino-americano. Esperamos no decorrer do biênio 2008-2009 disponibilizar todos os números anteriores da RPP, bem como manter nossa coleção sempre atualizada nessa biblioteca virtual, fruto do trabalho da BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia) e da ABECIP (Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia), associação a qual a revista é associada e desde março deste ano ocupa a 2ª tesouraria da entidade na pessoa do Professor Alessandro Soares da Silva.

No primeiro número do volume de 2008, contamos com oito artigos e uma resenha que reúnem autores provenientes de seis estados brasileiros e sete diferentes instituições. O artigo “*Psicanálise e Política*” de Roberto Calazans (UFSJ) discute as polêmicas em torno da regulação legal do campo da psicanálise a partir da análise dos diversos modos de relação entre a psicanálise e a política. Tal esforço permite ao autor refletir sobre como psicanalistas têm se posicionado acerca da relação entre esses dois campos apontando, por fim, seu próprio olhar sobre a questão e sobre os demais olhares.

O texto “*Memória Política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política*” de autoria de Soraia Ansara (Estácio de Sá - Uniradial) é o resultado de um estudo realizado a partir dos discursos das lideranças comunitárias e sindicais, entrevistadas em três capitais brasileiras. Nele, a autora analisa as interfaces entre memória coletiva e consciência política, procurando compreender as implicações da memória coletiva no comportamento político de pessoas que constituem diferentes gerações e vivenciaram contextos históricos e políticos distintos.

O tema da ditadura segue em debate nesse número a partir das reflexões trazidas no texto “*Silêncios e Saberes Guardados nas Imagens do Pré-Golpe de 1964*”

de autoria de Aline Hernandez (PUCRS) e Helena Scarparo (PUCRS). As autoras abordam o tema a partir da análise dos elementos narrativos presentes em imagens que guardam o registro de uma realidade anunciada e que ainda é pouco estudada pela pesquisa psicossocial. A análise de imagens fotográficas da mídia sul-rio-grandense referentes ao período anterior ao golpe militar de 1964 aponta para produções discursivas ainda pouco estudadas e abre um campo de trabalho investigativo bastante promissor.

O artigo *“Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo”*, das autoras Julia Brasil, Karina Fonseca, Ágnes Drago, Elisa Vargas, Juliana Freitas, Mariana Bonomo e Edinete Rosa (UFES), apresenta as representações sociais (RS) que jovens, com idades de 16 e 17 anos, de uma instituição pública de Ensino Médio possuem sobre política. O texto oferece às/aos leitoras/es uma visão de como o jovem lida com suas expectativas e desilusões a respeito da política e do político.

O manuscrito *“O Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil Atual”*, de Flavia Lemos (UFPA/Instituto Saber), analisa as práticas dirigidas às crianças e adolescentes no período da *redemocratização brasileira*, ocorrida sob a perspectiva neoliberal. A autora parte da hipótese de que haveria, naquele momento, uma ampliação dos mecanismos de normalização na esfera da proteção às crianças e às/aos adolescentes que funcionam nas adjacências do dispositivo jurídico. O texto aponta para a relevância das práticas de proteção de crianças e jovens e retoma a discussão sobre outras formas e possibilidades de resistência na defesa dos direitos da criança e do adolescente, que não poucas vezes são alvo de diversas formas de violência.

Nesse sentido, o artigo *“Trajetórias de Vítimas da Violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo”* de Rebeca Bussinger (UFES) e Helerina Novo (FBV-IMIP), bem como os que seguem, formam um bloco que debate temas referentes aos direitos humanos, à maternidade/paternidade e à violência. O texto dessas autoras discute a trajetória de mães que perderam seus filhos assassinados, desde o momento do crime até a inclusão e participação na *Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo*. Os resultados apresentados neste trabalho revelam que a morte dos filhos por assassinato remete às representações sociais de maternidade construídas por essas mães, ao mesmo tempo em que a reparação ao dano causado é um elemento que se desvela em um sentimento de vingança pessoal incentivado pelo descrédito no sistema judiciário brasileiro.

O manuscrito *“Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão”*, de Gilead Tavares (UFES) e Paulo Menandro (UFES), segue na temática da violência por meio da análise que os autores fazem das trajetórias de vida de

internos do sistema carcerário capixaba. Para tanto, eles procuram captar os sentidos atribuídos à prisão a partir da abordagem teórico-metodológica das *Práticas Discursivas* e da análise de 10 entrevistas com internos do *Instituto de Reabilitação Social* de Vila Velha (ES). Essas entrevistas orientaram-se em ‘histórias prisionais’ e nas ‘perspectivas futuras’, o que lhes permitiu discutir a conexão entre os elementos constitutivos de suas histórias de vida e os sentidos construídos sobre o encarceramento.

O texto *“Aspectos políticos da normalização da paternidade pelo discurso jurídico brasileiro”*, de Juliana Perucchi (UFSC) e Maria Juracy Filgueiras Toneli (UFSC), é o desdobramento de uma pesquisa de doutorado sobre a paternidade no discurso jurídico brasileiro. O texto parte da perspectiva dos estudos de gênero e da Psicologia e mantém um diálogo permanente com Michel Foucault para pensar a relação entre Psicologia e Direito e para destacar os aspectos políticos e sociais da normalização da paternidade pelo Direito.

O último artigo a completar esse número é *“Corpos Marcados e Fé na Vida...’ Mastectomia e Políticas Públicas de Saúde da Mulher”*, de autoria de Aline Sousa (UFES) e Angela Andrade (UFES). Nele as autoras investigam as repercussões do câncer de mama na vida das mulheres e suas relações com as políticas públicas de saúde. Os resultados deste trabalho de pesquisa demonstram a influência desta política pública na vida das mulheres mastectomizadas, pois, segundo as autoras, os direitos já assegurados pela lei não estão sendo cumpridos. Essa realidade ressalta a necessidade de mobilização social como forma de garantir tais direitos.

Apresentamos ainda, neste volume, a resenha do livro *“Assédio moral no trabalho”*, de autoria de Maria Ester de Freitas (FGV-SP), Roberto Heloani (UNICAMP e FGV-SP) e Margarida Barreto (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa-SP e PUC-SP). Esta obra, resenhada por Eduardo Silva (UFSCar) e publicada nesse semestre de 2008 pela editora paulistana *Cengage Learning*, discute as humilhações e violações dos direitos humanos no trabalho e os conceitos de *mobbing*, psicoterror, *bullying* e assédio moral, temas que têm ganhado destaque no cotidiano e que começam a receber maior atenção da academia.

O conjunto desse número, o primeiro sob nossa coordenação, aponta para questões gerais recorrentes na pauta da Psicologia Política, pois aborda os usos e possibilidades políticas da psicanálise; a memória coletiva como elemento de organização grupal e de construção política da vida cotidiana; aspectos diversos dos Direitos Humanos e da violência política, entre outros. Contudo, cada um desses textos constrói, de modo particular, cada um desses campos, trazendo contribuições bastante atuais e relevantes para a produção do conhecimento sob a ótica psicopolítica e, ao mesmo tempo, nos brinda com numerosas interfaces

que se revelam ao/à leitor/a à medida que ele/ela se deixa levar pela leitura dos manuscritos e pela diversidade de enfoques que são utilizados para pensar essas questões. A presente Revista Psicologia Política representa ainda muito do que foi a transição entre a antiga e a nova gestão da RPP, pois ela é fruto de dois momentos da história dessa revista. Tal transição é vista por nós como um momento de rememoração de todos os esforços até aqui feitos por muitas pessoas e que nos servirão de norte para pensar os caminhos futuros que trilharemos.

A nós editores em início de caminhada resta agradecer aos editores que nos antecederam pelo apoio e à diretoria da ABPP pela abertura e acolhimento de nossas propostas editoriais referentes ao quadriênio 2008-2011. Um último agradecimento vai a nossa equipe editorial, a qual tem trabalhado incansavelmente para aprender novos processos editoriais e construir essa nova fase da RPP de modo a contribuir para que o futuro dessa revista seja tão grandioso como foi sua história até aqui. Nosso muito obrigado a Hugo Danilo Arruda do Carmo; Lorraine Lopes; Marcos Pereira da Soledade Jr., Ramon Zago e Thomaz D'Addio. Sem suas contribuições esse volume teria sido impossível. Desejamos a todos uma proveitosa leitura!